

Propostas emergenciais para um governo de união nacional

Denisard Cnéio de
Oliveira Alves (*)

O povo brasileiro manifestou, em praça pública, opção pelas eleições diretas para presidente da República e, implicitamente, seu protesto contra a recessão, o desemprego, a inflação. O que vale dizer: contra a política econômica imposta pelo governo federal e tutelada pelos banqueiros internacionais.

Há quatro anos o País tem a sua produção agrícola e industrial diminuída. A renda per capita de 1984 será menor do que a de cada um dos quatro últimos anos. A maior cidade do País, São Paulo, tem 1 milhão de desempregados. O sacrifício social resultante da crise ultrapassa os limites do suportável. E, sem exagero, pode-se dizer que toda uma geração foi duramente sacrificada e tristemente frustrada em suas aspirações de uma vida digna de ser vivida. Esta situação desoladora não pode continuar.

A um governo de união nacional, que assuma com o povo brasileiro o compromisso de implodir as instituições espúrias, como o Colégio Eleitoral, e convoque uma Assembléia Nacional Constituinte para construir uma sociedade democrática, incumbe, como medida preliminar, pôr em prática um programa emergencial de combate à recessão, à inflação, ao desemprego, e que restabeleça a soberania nacional, renegociando a dívida externa, que impede a retomada do crescimento.



petróleo. Na renegociação, os juros pagos aos bancos estrangeiros só poderiam atingir, no máximo, 5%. Com tal programa, recursos da ordem de 10 bilhões de dólares, que anualmente saem do País, aqui ficariam. Os 7% de juros que deixariam de ser pagos seriam transformados em dívida de longo prazo, a ser paga em vinte anos. Com isso, o País aplicará, em quatro anos, entre 30 bilhões e 40 bilhões de dólares na reativação da economia.

Numa escala de prioridades, deveria o governo, como ato inicial de sua administração, enviar ao Congresso Nacional um projeto de emenda constitucional aumentando, em quatro vezes, o montante das transferências federais re-

passadas para municípios e estados. Esses recursos, que hoje representariam 8 trilhões de cruzeiros, seriam aplicados em obras e para o resgate da nossa imensa dívida social. A economia dos municípios se recuperaria, seus investimentos sociais seriam ampliados, gerando empregos e renda que levariam à reativação da economia nacional.

Quanto ao déficit fiscal federal, seu financiamento não é tão complexo quanto parece à primeira vista. Com austeridade em Brasília, desativando empresas estatais desnecessárias, e, em último caso, com emissão de moeda, o problema será, senão ao todo, pelo menos em sua quase totalidade solucionado. Segundo os tecnocratas,

orientados pelo FMI, o déficit público provoca inflação e, por isso, deve ser contido. Esse equívoco dos tecnocratas tem sido a causa do desconcerto econômico do qual são vítimas milhões de brasileiros. Nos últimos anos o orçamento da União tem apresentado superávit; no entanto, a inflação continua crescendo!

A atual inflação é o resultado da penalização provocada pela capacidade ociosa e pelos juros extorsivos sobre as empresas nacionais. A reativação da economia, mediante política monetária flexível e até mesmo através de déficits fiscais, terá como resultado a diminuição dos custos de produção.

A restrição maior à retomada do crescimento é, sem dúvida, o setor exter-

no. Se a economia começar a crescer, os custos de produção irão decrescer devido à capacidade ociosa, mas a garantia para que a redução de custos se realize em toda a sua potencialidade é a eliminação gradativa da restrição externa. Consequentemente, é imperativo nacional renegociar a dívida externa e, entre outras medidas, acelerar a pesquisa e a produção do petróleo, elemento em grande parte causador de transtornos em nossa economia.

A guisa do corolário, diríamos que, no curto prazo, a capacidade ociosa existente deverá ser aproveitada para, através da reativação da economia pelo maior volume de gastos dos municípios, provocar uma queda da inflação. Já

no médio prazo, a consolidação do crescimento em bases sólidas é tarefa de um governo de união nacional, que renegocie em melhores termos a nossa dívida externa. A partir daí estará eliminada a restrição externa, e nossa economia, novamente crescendo, com investimentos sociais e em produção de energia, com juros baixos, terá criado as condições para reestruturação total das instituições nacionais. Isso, porém, só se tornará viável com a convocação de uma Assembléia Nacional Constituinte que consolide, para o País, um estilo democrático de vida, garantindo os legítimos interesses da maioria da população.

(*) Secretário das Finanças do Município de São Paulo.

Outra medida a ser tomada de imediato é a formulação de um programa energético que reconduza a Petrobrás ao seu objetivo fundamental. Juros e petróleo têm sangrado a economia nacional, levando para o exterior recursos imensos que poderiam ser aqui aplicados para gerar riquezas, empregos e resgatar a nossa soberania. A empresa estatal deveria ser imposta a meta de, em dois anos, atingir auto-suficiência na produção de